

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2021 Angola

Em 2021, Angola fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo aprovou um novo Mecanismo Nacional de Referência de Protecção e Assistência as Vítimas de Tráfico de Seres Humanos e ministrou formação sobre esse novo mecanismo, assim como sobre procedimentos de identificação de vítimas, aos órgãos de aplicação da lei, protecção de fronteiras e autoridades alfandegárias e de imigração, e comités locais de direitos humanos. Ademais, o governo estabeleceu a Comissão Multisectorial para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para coordenar esforços para fazer face ao trabalho infantil. Aprovou também um Plano Nacional de Acção para a Erradicação do Trabalho Infantil (2021–2025), e por meio do seu Sistema de Registo de Nascimento e dos Programas de Justiça para as Crianças, o governo aprovou o desembolso de um montante superior a US\$ 63 milhões para a aquisição de 15 milhões de bilhetes de identidade e 500 kits para a recolha de dados biométricos e biográficos para acelerar o registo da população. No entanto, as crianças em Angola estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial, por vezes como consequência do tráfico de seres humanos. As crianças também realizam tarefas perigosas na construção. A legislação que proíbe o trabalho forçado não é suficiente por não penalizar as práticas semelhantes à escravidão nem propiciar o procedimento penal da servidão por dívida. Adicionalmente, o número de inspectores do trabalho não satisfaz as recomendações técnicas da Organização Internacional do Trabalho correspondentes à dimensão da força laboral de Angola, e os programas sociais não visam todos os sectores nos quais as crianças trabalham.

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Garantir que a idade mínima para trabalhar se aplique a todas as crianças, incluindo as crianças desprovidas de contrato de trabalho.	2021
	Garantir que as leis que proíbem o trabalho forçado penalizem as práticas semelhantes à escravidão e propiciem o procedimento penal da servidão por dívida.	2021
	Certificar-se de que a lei proíba ocupações ou actividades perigosas para crianças em todos os sectores relevantes em Angola, incluindo a prospecção de diamantes.	2011 – 2021
Fiscalização	Publicar informações relacionadas com o financiamento da Inspecção-Geral do Trabalho.	2011 – 2021
	Aumentar o número de inspectores de trabalho para atender à recomendação técnica da OIT.	2009 – 2021
	Asseverar que o Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social receba os recursos necessários para realizar	2019 – 2021

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	inspecções em sectores com incidência de trabalho infantil, incluindo o sector informal.	
	Garantir que as áreas rurais tenham acesso adequado a serviços sociais.	2021
	Aumentar a formação para investigadores criminais, designadamente formação para investigadores fora da capital e em áreas remotas em todo o território angolano.	2019 – 2021
	Publicar informações sobre se foram ou não ministrados cursos de actualização para investigadores penais; o número de investigações realizadas; violações identificadas, procedimentos penais abertos; condenações proferidas e multas impostas relacionadas a violações referentes às piores formas de trabalho infantil.	2019 – 2021
Coordenação	Aumentar a capacidade de agregar e sintetizar dados relacionados com casos de tráfico de seres humanos.	2018 – 2021
Programas sociais	Elaborar e ampliar os programas sociais existentes para assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino sem as restrições de taxas informais, falta de certidões de nascimento, falta de professores ou de espaço nas salas de aula.	2013 – 2021
	Instituir programas voltados a crianças sujeitas à exploração sexual comercial e ao trabalho forçado, assim como ampliar os actuais programas destinados a lidar com a dimensão do problema do trabalho infantil.	2010 – 2021
	Garantir que as crianças refugiadas não sejam impedidas de continuar o ensino para além dos 11 anos de idade, estabelecendo um mecanismo funcional por meio do qual possam ser obtidos documentos de identificação.	2020 – 2021